

#### Factos relevantes do 3.º trimestre de 2020

- Covid-19:** trimestre marcado, com expressão visível nos fluxos financeiros (reportados no presente boletim), pela ocorrência da pandemia da doença COVID-19 e das medidas legislativas e administrativas adotadas no seu combate (Decreto-Lei n.º 19-A/2020, de 30 de abril), com impacto nos vários setores abrangidos no universo das PPP.
- Brisal:** constituição de comissão de negociação para a apreciação da operação de reestruturação e refinanciamento do passivo financeiro apresentada pela Concessionária;
- Beira Interior:** constituição de comissão de negociação para a apreciação dos pedidos de reposição do equilíbrio económico financeiro apresentados pela Subconcessionária;
- Hospital de Cascais:** início do procedimento pré-contratual relativo ao lançamento da parceria para a gestão e prestação de cuidados de saúde no Hospital de Cascais;
- Hospital Lisboa Oriental:** procedimento em curso, tendo terminado em 15 de outubro o prazo para os interessados se pronunciarem, em sede de audiência prévia, sobre o relatório de análise e avaliação das propostas elaborado pelo júri do procedimento;
- Litígios:** início de duas novas arbitragens no setor da Saúde, requeridas pelas entidades gestoras do estabelecimento do Hospital de Braga (Escala Braga) e do Hospital de Vila Franca de Xira (Escala Vila Franca). No litígio que opõe a Lusoponte ao Estado Português quanto à decisão de não aprovação de um pedido de refinanciamento foram apenas as arbitragens requeridas, autonomamente, pelas partes.

#### Execução Financeira – 3.º Trimestre de 2020

No 3.º trimestre de 2020, os encargos líquidos do setor público com as PPP ascenderam a 221,3M€, representando um decréscimo face ao homólogo de 40,7M€ (-16%). Este decréscimo é essencialmente explicado pela diminuição registada no setor da saúde maioritariamente explicado pelo término da prestação dos serviços clínicos do Hospital de Braga (-37,4M€). Caso este efeito seja expurgados o decréscimo face ao homólogo de 3,3M€ (-2%) .

ENCARGOS LÍQUIDOS	1T2020	2T2020	3T2020	Peso no Total (3T)	3T2019	Δ 3T2020/3T2019
Rodoviário	415 750	291 912	137 109	65%	144 492	-5%
Ferrovieário	11 030	12 125	12 754	6%	8 934	43%
Aeroportuário	-	-	-	0%	-	n.a.
Saúde	80 910	69 743	68 269	32%	105 600	-35%
Portuário	(6 898)	(6 659)	(6 822)	-3%	(7 043)	3%
<b>TOTAL</b>	<b>500 792</b>	<b>367 120</b>	<b>211 310</b>	<b>100%</b>	<b>251 984</b>	<b>-16%</b>

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos e de dados inscritos no Relatório do OE2020.

#### Principais variações face ao 3.º T 2019 dos encargos líquidos

**(-) Saúde:** diminuição dos encargos relativos à EG Estabelecimentos (-35,1M€) e EG Edifícios (-2,7M€). No caso da EG Estabelecimento o principal impacto decorre do término do contrato do Hospital de Braga.

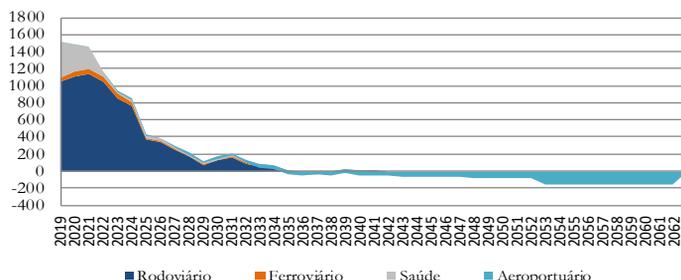
**(-) Rodoviária:** diminuição dos encargos brutos em aproximadamente -26,1M€. Decréscimo explicado pela diminuição dos pagamentos por disponibilidade (-19,3M€) e por serviço (-6,4M€).

**(+) Rodoviário:** diminuição das receitas explicada em grande medida pelas limitações à circulação devido ao combate à pandemia da doença Covid-19 (-18,8M€).

**(+) Ferrovieário:** aumento explicado, essencialmente, por diferenças no números de prestações de pagamentos mensais do Metro do Porto face ao trimestre homólogo (efeito compensado em acumulado).

#### Projeção de encargos plurianuais

Valores em milhões de euros

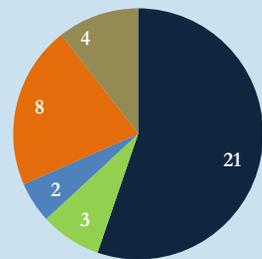


Fonte: UTAP, a partir de dados da responsabilidade das entidades gestoras das PPP.

Nota: Os valores de 2019 correspondem aos encargos efetivamente registados no referido ano, a preços do ano corrente. Os valores futuros são apresentados a preços constantes de 2020, tal como inscritos no Relatório do OE2020. Os valores apresentados incluem IVA, quando aplicável.

Nota: Esta versão flash deverá ser apreciada como complemento ao Boletim publicado no site da UTAP em [www.utap.pt](http://www.utap.pt)

#### Universo PPP considerado <sup>(1)</sup>



- Rodoviário
- Ferrovieário
- Aeroportuário
- Saúde
- Portuário

- 38 PPP, considerando ainda a parceria do Estabelecimento do Hospital de Braga, para efeitos de reporte de um fluxo financeiro previsto para 2020

<sup>(1)</sup> universo dinâmico, em função da extinção ou celebração de novos contratos ou da avaliação e confirmação da verificação dos requisitos legais de aplicação do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio

#### Relatório do OE 2020

- Para maior detalhe, aconselha-se a consulta do Relatório do OE 2020, particularmente, no que às PPP diz respeito, os seus capítulos 5.2.2 e 6.3, disponível para consulta no site da Direção-Geral do Orçamento ([www.dgo.pt](http://www.dgo.pt)).
- Complementarmente, poderá revelar-se útil a consulta da nota técnica elaborada pela UTAP relativamente a este Relatório do OE 2020 ([www.utap.pt](http://www.utap.pt)).

## Setor Rodoviário

### Execução financeira – 3º trimestre de 2020

Os encargos líquidos do setor público com as parcerias rodoviárias cifraram-se em aproximadamente 137,1M€, registando um decréscimo de 7,4M€ face ao período homólogo (-5%). Esta diminuição resulta do decréscimo dos encargos brutos em cerca de 26,1M€ (-10%), parcialmente compensado pelo decréscimo das receitas em aproximadamente 18,8M€ (-17%).

A diminuição da receita de portagens é explicada, maioritariamente, pelas limitações à circulação implementadas para combater a pandemia da doença Covid-19, que originaram, na maioria das concessões e subconcessões, quebras de tráfego.

A evolução dos encargos brutos é explicada, entre outros, por:

Por um lado, a diminuição advém de:

- **Transmontana:** diminuição dos pagamentos por disponibilidade e de serviço, em cerca de 18,2M€ no seguimento da pronúncia do Tribunal de Contas (em agosto de 2019) ao recurso interposto pela IP tendo sido liquidado parte da dívida.
- **Baixo Alentejo:** redução dos encargos, em cerca de 8,6M€, maioritariamente devido a uma diferença no número de pagamento efetuados no trimestre em análise face ao homólogo.
- **Beira Interior e Interior Norte:** diminuição dos pagamentos por disponibilidade de acordo com a evolução das tarifas contratualmente prevista (-5,4M€).

Em sentido oposto, o acréscimo advém de:

- **Norte, Beiras Litoral e Alta, Pinhal interior e Baixo tejo:** aumento dos pagamentos por disponibilidade, de acordo com a evolução das tarifas contratualmente prevista (+8,4M€);

PPP Rodoviárias	1T2020	2T2020	3T2020	Peso no Total (3T)	3T2019	Δ 3T2020/3T2019
<b>Encargos brutos</b>	501 103	340 655	231 788	100%	257 924	-10%
<b>Pagamentos Disponibilidade</b>	441 512	306 196	213 389	92%	232 648	-8%
Concessões	257 842	167 717	139 859	60%	139 446	0%
Subconcessões	183 670	138 479	73 530	32%	93 202	-21%
<b>Custos com serviço de cobrança de portagem<sup>(1)</sup></b>	9 792	11 024	8 207	4%	8 059	2%
<b>Pagamento por serviço<sup>(2)</sup></b>	25 800	19 335	9 668	4%	16 086	-40%
<b>Compensações/REF's</b>	23 999	4 099	525	0%	1 131	-54%
<b>Receitas</b>	85 353	48 742	94 679	41%	113 432	-17%
Concessões	74 149	43 411	85 460	37%	103 164	-17%
Subconcessões	10 774	5 057	8 712	4%	7 356	18%
Outros <sup>(3)</sup>	430	274	507	0%	2 912	-83%
<b>Encargos líquidos totais</b>	415 750	291 912	137 109	59%	144 492	-5%
<b>Taxa de cobertura</b>	17%	14%	41%		44%	

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela IP.

- A taxa de cobertura dos encargos brutos pelas receitas foi de 41% face aos 44% verificados no período homólogo. O decréscimo verificado deve-se à diminuição acumulada da receita e dos encargos brutos anteriormente explicados.

### Riscos e Contingências (2019)

- No final de 2019, os riscos e contingências no setor rodoviário estavam quantificados em cerca de 878M€<sup>(2)(3)</sup>, com destaque para:

**Algarve Litoral:** ação arbitral de rescisão do contrato proposta pela subconcessionária (445 M€) e ação movida pelos bancos financiadores, em que é pedida uma indemnização (43 M€).

**Baixo Tejo:** pedido de reposição do equilíbrio financeiro com fundamento na impossibilidade de construção da ER377 (110 M€) e ação arbitral em que petição o pagamento de remuneração que considera devida e não paga (34 M€).

<sup>(2)</sup> Valores indicativos, resultando da conjugação dos diversos riscos e contingências, nomeadamente pedidos de reposição do equilíbrio financeiro, ações arbitrais, administrativas e executivas e situações pré-contenciosas, alguns dos quais carecendo de quantificação e outros que na quantificação é considerado o valor peticionado pelo parceiro privado. Daqui não resulta reconhecimento ou assunção de responsabilidades para os parceiros públicos.

<sup>(3)</sup> Inclui dois pedidos de reposição do equilíbrio financeiro interpostos pelas Subconcessionárias do Baixo Tejo e do Litoral Oeste em 2012, quantificados em 155 M€ e 85 M€, relativamente aos quais foram, já em 2020, obtidos acordos entre a IP e as Subconcessionárias, pondo fim aos diferendos, os quais foram homologados pelos Tribunais Arbitrais.

#### Setor da Saúde

#### Execução financeira – 3º trimestre de 2020

Os encargos do setor público com as parcerias da saúde ascenderam a 68,3M€, representando uma redução de cerca de 37,3M€ (-35%) face aos encargos incorridos em 2019. Esta diminuição resulta, sobretudo, do decréscimo dos encargos associados às EG Estabelecimento que tiveram uma diminuição de 35,1M€ face ao período homólogo (-38%), no entanto, os encargos com as EG Edifício também tiveram uma diminuição de 2,3M€ (-18%).

- Relativamente às **EG Estabelecimento**, a diminuição dos encargos deve-se a:
  - Hospital de Braga:** não realização de qualquer pagamento contratual e de reconciliação, em virtude da conclusão, em 31 de agosto de 2019, da prestação dos serviços clínicos realizados por esta entidade (-37,4M€). Este evento também contribuiu para a diminuição dos pagamentos relativos a protocolos (-2,3M€).
- Quanto às **EG Edifício**, a redução registada deve-se:
  - Hospital de Braga:** diminuição, nos termos contratualmente previstos, da componente fixa dos pagamentos mensais em de cerca de 0,4 milhões de euros (-1,2M€ trimestralmente).
  - Hospital Vila Franca de Xira:** não ocorrência de pagamento de reconciliação no trimestre em análise que contrasta com o pagamento de reconciliação que ocorreu em julho de 2019 (desfasamento temporal compensado em acumulado).

Se expurgarmos o efeito da EG Estabelecimento Hospital de Braga, a variação face ao período homólogo anterior, dos encargos do setor público com as parcerias da saúde seria praticamente nula.

Valores em milhares de euros

PPP Saúde	1T2020	2T2020	3T2020	Peso no Total (3T)	3T2019	Δ 3T2020/3T2019
<b>Hospitais PPP - Estabelecimentos</b>	<b>71 576</b>	<b>57 427</b>	<b>57 797</b>	<b>85%</b>	<b>92 859</b>	<b>-38%</b>
Pagamentos Contratuais <sup>(1)</sup>	53 891	55 170	54 549	80%	76 726	-29%
Pagamentos de Reconciliação <sup>(2)</sup>	14 578	-	-	0%	11 172	-100%
Protocolos/outros <sup>(3)</sup>	3 106	2 257	3 248	5%	4 962	-35%
<b>Hospitais PPP - Edifícios</b>	<b>9 334</b>	<b>12 315</b>	<b>10 472</b>	<b>15%</b>	<b>12 741</b>	<b>-18%</b>
Pagamentos Contratuais <sup>(1)</sup>	9 334	9 334	9 334	14%	10 720	-13%
Pagamentos de Reconciliação <sup>(2)</sup>	-	2 981	1 138	2%	2 021	-44%
<b>Encargos Totais</b>	<b>80 910</b>	<b>69 743</b>	<b>68 269</b>	<b>100%</b>	<b>105 600</b>	<b>-35%</b>

PPP Saúde	1T2020	2T2020	3T2020	Peso no Total (3T)	3T2019	Δ 3T2020/3T2019
<b>H. Cascais</b>	<b>20 552</b>	<b>22 065</b>	<b>21 271</b>	<b>31%</b>	<b>20 749</b>	<b>3%</b>
EG Estabelecimento	18 192	18 631	18 911	28%	18 195	4%
EG Edifício	2 360	3 434	2 360	3%	2 554	-8%
<b>H. Braga</b>	<b>1 854</b>	<b>3 049</b>	<b>1 854</b>	<b>3%</b>	<b>40 408</b>	<b>-95%</b>
EG Estabelecimento	-	-	-	0%	37 360	-100%
EG Edifício	1 854	3 049	1 854	3%	3 047	-39%
<b>H. Loures</b>	<b>40 101</b>	<b>25 521</b>	<b>26 726</b>	<b>39%</b>	<b>25 856</b>	<b>3%</b>
EG Estabelecimento	36 869	22 288	22 356	33%	21 524	4%
EG Edifício	3 232	3 232	4 370	6%	4 333	1%
<b>H. VFXira</b>	<b>18 403</b>	<b>19 108</b>	<b>18 417</b>	<b>27%</b>	<b>18 587</b>	<b>-1%</b>
EG Estabelecimento	16 515	16 508	16 530	24%	15 780	5%
EG Edifício	1 887	2 600	1 887	3%	2 806	-33%
<b>TOTAL</b>	<b>80 910</b>	<b>69 743</b>	<b>68 269</b>	<b>100%</b>	<b>105 600</b>	<b>-35%</b>
<b>Estabelecimentos</b>	<b>71 576</b>	<b>57 427</b>	<b>57 797</b>	<b>85%</b>	<b>92 859</b>	<b>-38%</b>
<b>Edifícios</b>	<b>9 334</b>	<b>12 315</b>	<b>10 472</b>	<b>15%</b>	<b>12 741</b>	<b>-18%</b>

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos.

#### Número de camas por estabelecimento hospitalar

H. Loures	H. V.F. Xira	H. Cascais	H. Braga
424 camas	280 camas	277 camas	705 camas

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ACSS.

#### Riscos e Contingências (2019)

- No final de 2019, os riscos e contingências no setor da saúde estavam quantificados em cerca de 11M€<sup>(4)</sup>, com destaque para:

**Estabelecimento do Hospital de Cascais:** pedido de constituição de um tribunal arbitral, formulado pelo parceiro privado, para dirimir o litígio (pedido de reposição do equilíbrio económico financeiro) referente à formação dos médicos internos (8 M€).

<sup>(4)</sup> Valores indicativos, resultando da conjugação dos diversos riscos e contingências, nomeadamente pedidos de reposição do equilíbrio financeiro, ações arbitrais, administrativas e executivas e situações pré-contenciosas, alguns dos quais carecendo de quantificação e outros que na quantificação é considerado o valor peticionado pelo parceiro privado. Daqui não resulta reconhecimento ou assunção de responsabilidades para os parceiros públicos.

## Setor Ferroviário

### Execução financeira – 3º trimestre de 2020

Os encargos incorridos pelo parceiro público com as parcerias Ferroviárias ascenderam a 12,8M€, valor superior ao período homologo em 3,8M€ (43%). Esta variação é maioritariamente explicada por:

- **Metro do Porto:** diferença no número de pagamentos efetuados no trimestre em análise dado que no 3º trimestre de 2020 realizou-se o pagamento de três meses de serviços prestados (maio a julho 2020) enquanto que no trimestre homologo apenas ocorreram pagamento referentes a 2 meses (junho e julho de 2019).
- **MST:** não ocorrência de qualquer variação significativa face ao trimestre homologo (variação decorrente do calculo do valor de compensação em função no número de passageiros).
- **Fertagus:** recebimento de penalidades devidas pela Concessionária relativas a supressões de serviço em 2019.

Valores em milhares de euros

PPP Ferroviárias	1T2020	2T2020	3T2020	Peso no Total (3T)	3T2019	Δ 3T2020 / 3T2019
Concessão do MST	1 932	1 804	1 987	16%	1 914	4%
Concessão Eixo Norte/Sul	-	-	(2)	0%	-	n.a.
Subconcessão do Metro do Porto	9 097	10 320	10 769	84%	7 020	53%
<b>TOTAL</b>	<b>11 030</b>	<b>12 125</b>	<b>12 754</b>	<b>100%</b>	<b>8 934</b>	<b>43%</b>

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela DGF e pelo Metro do Porto, S.A..

## Setor Portuário

### Execução financeira – 3º trimestre de 2020

Os fluxos financeiros referem-se a pagamentos efetuados pelas concessionárias às Administrações Portuárias, receitas, e decompõem-se numa componente fixa e/ou variável, sendo esta última calculada em função da movimentação de cargas verificada em cada um dos terminais.

O valor das receitas das parcerias portuárias ascendeu a 6,8M€ valor inferior ao período homologo (-3%). Esta diminuição deve-se essencialmente a:

- **Porto de Sines:** diminuição decorrente da celebração de Aditamento ao contrato de concessão e não devido propriamente ao impacto da variação da carga contentorizada movimentada. Este acordo resultou, entre outros, de uma alteração da estrutura dos royalties a pagar pela concessionária à APS por escalões, sendo que neste trimestre as quantidades movimentadas não permitiram ainda atingir o ponto de viragem, aquele em que o valor médio de royalties ultrapassa o resultante da anterior estrutura de royalties para uma determinada quantidade movimentada.

Valores em milhares de euros

PPP Portuárias	1T2020	2T2020	3T2020	Peso no Total (3T)	3T2019	Δ 3T2020 / 3T2019
<b>Porto de Douro e Leixões</b>	<b>5 966</b>	<b>5 543</b>	<b>4 614</b>	<b>68%</b>	<b>4 550</b>	<b>1%</b>
Terminal de Contentores de Leixões	5 200	4 832	4 014	59%	3 878	4%
Terminal de Carga a Granel de Leixões	766	711	600	9%	672	-11%
<b>Porto de Lisboa</b>	<b>558</b>	<b>331</b>	<b>672</b>	<b>10%</b>	<b>634</b>	<b>6%</b>
Terminal de Contentores de Alcântara	558	331	672	10%	634	6%
<b>Porto de Sines</b>	<b>373</b>	<b>785</b>	<b>1 536</b>	<b>23%</b>	<b>1 859</b>	<b>-17%</b>
Terminal de Contentores de Sines XXI	373	785	1 536	23%	1 859	-17%
<b>TOTAL</b>	<b>6 898</b>	<b>6 659</b>	<b>6 822</b>	<b>100%</b>	<b>7 043</b>	<b>-3%</b>

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias.

## Setor Aeroportuário

### Execução financeira – 3º trimestre de 2020

Os contratos de concessão a cargo da ANA – Aeroportos de Portugal não preveem, numa base recorrente, encargos para o parceiro público. Pelo contrário, nos termos dos contratos atualmente em vigor, preveem-se receitas, numa base recorrente, para o setor público, as quais, no entanto, terão início apenas em 2023. Assim, no 3º trimestre de 2020 e no homologo de 2019, não ocorreu qualquer fluxo financeiro.

### Riscos e Contingências (2019)

- Com o acordo para a reposição do equilíbrio financeiro do contrato **Fertagus**, no final de 2019 mantinha-se apenas o litígio que envolve o Estado e a ELOS, ao abrigo do qual o Estado foi condenado ao pagamento de compensação em valor atualizado de 192,0 M€. O Estado pediu anulação do acórdão arbitral (2016) e, mais recentemente, opôs-se à ação executiva iniciada pela ELOS (2018).

### Riscos e Contingências (2019)

- Nada a assinalar.

### Riscos e Contingências (2019)

- Nada a assinalar.

#### Execução Financeira – Primeiros 9 meses de 2020

Nos primeiros 9 meses de 2020, os encargos líquidos do setor público com as PPP ascenderam a 1.079,2M€, representando um decréscimo face ao homólogo de 33,0M€ (-3%). Este decréscimo é essencialmente explicado pela diminuição registada no setor da saúde (-34%), parcialmente mitigado pelo incremento observado no setor rodoviário (+10%). No entanto, caso o efeito isolado do final da parceria da EG Estabelecimento de Braga fosse expurgado, os encargos líquidos teriam um aumento de 90,7M€ (9%).

O nível de execução orçamental é de 74% face ao previsto no Relatório do OE2020, maioritariamente, explicado pelo setor rodoviário, onde o nível de encargos líquidos efetivamente incorridos corresponde a 76% do valor previsto no Relatório do OE2020.

Valores em milhares de euros

ENCARGOS LÍQUIDOS	AC 2020	Peso no Total	AC 2019	Δ AC 2020/ AC 2019	2020P	% Execução
Rodoviário	844 771	78%	766 080	10%	1 113 934	76%
Ferroviário	35 908	3%	35 549	1%	54 429	66%
Aeroportuário	-	0%	-	n.a.	-	n.a.
Saúde	218 921	20%	332 796	-34%	314 644	70%
Portuário	(20 379)	-2%	(22 206)	-8%	(28 180)	72%
<b>TOTAL</b>	<b>1 079 222</b>	<b>100%</b>	<b>1 112 220</b>	<b>-3%</b>	<b>1 454 827</b>	<b>74%</b>

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos e de dados inscritos no Relatório do OE2020.

#### Principais variações dos Encargos Líquidos face aos primeiros 9 meses de 2019:

##### Rodoviária:

(+) **Reciclação**: diminuição das receitas de portagem em cerca de 54,7M€ explicada em grande parte pelas limitações à circulação impostas como medida de combate à pandemia da doença Covid-19 (efeito sentido com maior impacto no 2.º trimestre de 2020);

(+) **Norte, Beiras Litoral e Alta, Grande Porto e Pinhal Interior**: aumento dos pagamentos por disponibilidade de acordo com a evolução contratualmente prevista das tarifas (+31,9M€);

(+) **Litoral Centro e Douro Litoral**: aumento dos pagamentos de REF em consequência de decisões arbitrais de 2015 e 2017 (+16,7 M€);

(+) **Transmontana**: pagamento de reconciliação, a título de disponibilidade, referente à atividade do ano anterior, quando comparado com o pagamento da mesma natureza realizado no período homólogo, em virtude de apenas terem sido realizados pagamentos parciais (+8,8M€);

(+) **Pinhal Interior**: aumento dos pagamentos por disponibilidade face ao período homólogo dado que no homólogo apenas foram realizados pagamentos parciais (+8,2M€);

(-) **Beira Interior**: diminuição dos pagamentos por disponibilidade de acordo com a evolução das tarifas contratualmente prevista (-19,4M€);

(-) **Transmontana**: diminuição de pagamentos de disponibilidade e serviço (-18,1M€) em comparação com o homólogo dado que em agosto de 2019 no seguimento da pronúncia do Tribunal de Contas ao recurso interposto pela IP, foi efetuado o pagamento do montante em dívida;

(-) **Grande Porto, Interior Norte, Pinhal Interior e Baixo Tejo**: diminuição dos pagamentos de reconciliação, a título de disponibilidade (-8,5M€);

##### Saúde:

(-) **EG Estabelecimento do Hospital de Braga**: efeito do término do contrato em 31 de agosto de 2019 (-123,7M€);

(-) **EG Estabelecimento Hospital Vila Franca de Xira**: não realização de qualquer pagamento de reconciliação em 2020 (-5,1M€);

(+) **EG Estabelecimento do Hospital de Loures**: pagamento de reconciliação relativo à atividade de 2018, sem paralelo no período homólogo (+14,6M€);

##### Portuário:

(+) **Porto de Sines**: diminuição das receitas (em cerca de 1,8M€) devido a alteração do sistema de remuneração com base em escalões em que as quantidades movimentadas ainda não permitiram ainda atingir o ponto de viragem, aquele em que o valor médio de royalties ultrapassa o resultante da anterior estrutura de royalties para uma determinada quantidade movimentada.